

Vigilância em Saúde: eixo orientador necessário a um adequado planejamento da descentralização e regionalização do sistema

O processo de descentralização do sistema de saúde brasileiro, que proporciona a transferência de serviços, responsabilidades e recursos federais para as instâncias de gestão estadual e municipal, requer decisivas e fortes ações na direção da qualificação das práticas em todos os eixos do sistema, aqui incluído as necessárias transformações pelas quais precisam passar as organizações gestoras. Esta constatação vem acompanhada da necessidade, cada vez maior, de progressivo processo de qualificação dos gestores e dos profissionais de diversos serviços, setores e instituições, frente à compreensão da dinamicidade pela qual são constituídos os sistemas municipais, ao reconhecimento da necessidade de permanentes rearranjos regionais e à coexistência de uma articulada gestão tripartite com suas indispensáveis prerrogativas de centralização de ações, algumas na esfera estadual e outras na gestão federal.

No atual contexto configuracional do sistema de saúde brasileiro, a Vigilância em Saúde deve oportunizar aos diversos profissionais e gestores uma visão estratégica e ampliada do conceito de saúde, como foco orientador do cuidado, desde as ações de promoção da saúde, prevenção e controle dos agravos, até a atenção às doenças. Ao associar os conceitos de risco e de vulnerabilidade, articular a estes os processos de descentralização e regionalização e, ainda, ao promover a democratização da definição de prioridades e estratégias de intervenção e monitoramento, o Sistema Nacional de Vigilância em Saúde avança incorporando objetos mais amplos.

Em um contexto socioeconômico diverso e complexo, com características peculiares a um país continental, em franco processo de desenvolvimento, que combina altas taxas de morbidade e mortalidade por doenças crônicas não transmissíveis, com a persistência de doenças associadas à pobreza e à exclusão social, com a emergência de novas doenças, o crescimento da violência e dos acidentes de transporte terrestre, ambos manifestados de formas diversas, e o envelhecimento da população, torna-se imperioso pensar a reorganização dos serviços de saúde, associando promoção, vigilância e atenção à saúde no dia-a-dia de todos os atores do sistema, especialmente dos tomadores de decisão.

A Revista Ciência & Saúde Coletiva, cumprindo sua missão, enquanto veículo de formação e de disseminação do conhecimento da Abrasco apresenta, neste número, uma seleção de artigos relacionados à Vigilância em Saúde. Inicia com um debate sobre uma proposta de monitoramento da gestão descentralizada da vigilância em saúde, com foco no desempenho e na qualidade; abre espaço para a divulgação de artigos originais que (i) abordam os sistemas de informação essenciais para este monitoramento, (ii) refletem sobre os riscos e vulnerabilidades individuais e coletivas frequentes no cenário laboral, demográfico e epidemiológico brasileiro, (iii) apresentam causas e características dos acidentes de transporte terrestre, (iv) abordam a violência em diversificadas situações, (v) analisam a situação de saúde de grupos sociais e de populações em diferentes contextos, (vi) avaliam e discutem sobre aspectos diferenciados de algumas doenças transmissíveis e crônicas não transmissíveis; e fecha a edição com um artigo de revisão atualizado sobre o conhecimento gerado em saúde ambiental.

Dessa forma, este número de C&SC espera contribuir com as reflexões de seus leitores, especialmente sobre como ampliar a atuação no campo da saúde, sobretudo no âmbito da formulação de políticas, mas, também, no processo de trabalho desenvolvido por e junto a diversos grupos sociais, assim como na análise crítica das práticas desenvolvidas e na (re)definição de objetos de intervenção e de pesquisa, com vistas à uma melhor orientação das necessidades individuais e coletivas.

Eronildo Felisberto
Editor Convidado